



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

REGULAMENTO INTERNO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ANO LETIVO 2018/2019



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Artigo 1º Identificação do estabelecimento e sua natureza.....	3
Artigo 2º Legislação Aplicável	3
Artigo 3º Objetivo	3
Artigo 4º Âmbito subjetivo.....	4
CAPÍTULO II DIREÇÃO E EQUIPA.....	4
Artigo 5º Tutela	4
Artigo 6º Composição da Equipa Educativa e Direção Pedagógica do Jardim de Infância	4
Artigo 7º Diretora Pedagógica	5
Artigo 8º Educadoras de Infância	5
Artigo 9º Auxiliares de Ação Educativa	6
CAPÍTULO III DIREITOS E DEVERES	6
Artigo 10º Direitos e deveres dos Encarregados de Educação	6
CAPÍTULO IV INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E MATRÍCULA.....	7
Artigo 11º Condições de Inscrição, Admissão e Matrícula	7
Artigo 12º Processo individual	9
CAPÍTULO V MENSALIDADES.....	10
Artigo 13º Mensalidades e formas de pagamento	10
Artigo 14º Frequência de atividades extra.....	10
Artigo 15º Ausências	11
CAPÍTULO VI FUNCIONAMENTO	11
Artigo 16º Horário de funcionamento	11
Artigo 17º Receção e entrega das crianças, saúde, higiene e medicamentos.....	12
Artigo 18º Vestuário e outros objetos	13
Artigo 19º Visitas de estudo e atividades complementares	13
Artigo 20º Praia	14
CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
Artigo 21º Responsabilidade.....	14
Artigo 22º Autorização para filmagem e fotografias	14
Artigo 23º Cumprimento do Regulamento	14
Artigo 24º Entrada em Vigor	15



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Identificação do estabelecimento e sua natureza

- 1 - A Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico, adiante designada por APIST, é uma associação sem fins lucrativos, com sede social sita no *Campus* da Alameda do Instituto Superior Técnico, doravante IST, Av. Rovisco Pais, Nº 1, 1049-001 Lisboa, com o NIF 900156511.
- 2 - O Jardim de Infância é detido pela APIST, adiante designado Jardim de Infância.

Artigo 2º

Legislação Aplicável

O Jardim de Infância da APIST rege-se pela legislação em vigor aplicável aos estabelecimentos de ensino com as valências de Jardim de Infância, pelo presente Regulamento Interno e pelas orientações da Direção da APIST.

Artigo 3º

Objetivo

- 1- O Jardim de Infância tem, nomeadamente, como objetivo:
 - a. Proporcionar o desenvolvimento global da criança, o seu bem-estar físico e afetivo, num ambiente de qualidade, higiene e segurança através de um atendimento personalizado;
 - b. Incentivar a participação das famílias no processo de desenvolvimento integral e harmonioso da criança e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade educativa;
 - c. Estimular o convívio com outras crianças promovendo a socialização;
 - d. Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detetadas, designadamente, no contacto com o apoio de um psicólogo especializado.
- 2- Em particular, constituem objetivos da educação pré-escolar os que se encontram previstos no artigo 10.º da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar), tais como:
 - a. Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
 - b. Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- c. Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d. Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, imprimindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e. Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f. Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g. Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h. Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

Artigo 4º

Âmbito subjetivo

O Jardim de Infância destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade.

**CAPÍTULO II
DIREÇÃO E EQUIPA**

Artigo 5º

Tutela

1- A Direção da APIST é o órgão que tutela o Jardim de Infância, a quem compete, nomeadamente:

- a. Elaborar o quadro de pessoal técnico e auxiliar;
- b. Estabelecer as normas de admissão do pessoal em exercício de funções na instituição e executá-las;
- c. Estabelecer e assegurar a aplicação do presente Regulamento Interno;
- d. Emitir parecer sobre a organização funcional do Jardim de Infância e sobre qualquer matéria em que venha a ser solicitada a sua intervenção;
- e. Aprovar o projeto educativo e o Plano Anual de Atividades;
- f. Representar o Jardim de Infância em todos os assuntos de natureza administrativa;
- g. Cumprir as demais obrigações impostas por lei.

Artigo 6º

Composição da Equipa Educativa e Direção Pedagógica do Jardim de Infância



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 1- A Equipa Educativa é constituída pela Diretora Pedagógica, pelas Educadoras de Infância e pelas Auxiliares de Ação Educativa.
- 2- A Direção do Jardim de Infância é composta pelos membros da Direção da APIST nos quais foram delegadas as funções de gestão do Jardim de Infância e pela Diretora Pedagógica.

Artigo 7º

Diretora Pedagógica

- 1- A Diretora Pedagógica é nomeada pela Direção da APIST.
- 2- À Diretora Pedagógica compete, além das funções inerentes à categoria de Educadora de Infância, o seguinte:
 - a. Elaborar e apresentar à Direção da APIST o Projeto Educativo do Jardim de Infância;
 - b. Apresentar e coordenar o Projeto Educativo com a restante equipa educativa;
 - c. Monitorizar o cumprimento dos objetivos do Projeto Educativo, procedendo à sua revisão sempre que necessário;
 - d. Coordenar a ação educativa em conjunto com a Direção da APIST.

Artigo 8º

Educadoras de Infância

Às Educadoras de Infância compete:

- a. Respeitar o Regulamento Interno do Jardim de Infância e desenvolver um trabalho competente e de qualidade;
- b. Fomentar o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, estimulando-as a descobrir a sua individualidade, ao mesmo tempo que lhes despertam o interesse para o contacto com os outros;
- c. Elaborar o Projeto Pedagógico da respetiva sala;
- d. Efetuar anualmente um levantamento das necessidades de material didático para o ano letivo;
- e. Assumir a responsabilidade da sua sala;
- f. Organizar e explicitar os meios educativos adequados ao desenvolvimento integral de cada criança;
- g. Acompanhar o desenvolvimento global de cada criança e do grupo;
- h. Promover uma ação educativa integrada com a família;
- i. Programar todas as atividades individuais e de grupo para o ano letivo;
- j. Zelar pelo bem-estar das crianças;
- k. Acompanhar o grupo durante as suas rotinas diárias incluindo a alimentação, higiene e repouso;
- l. Criar um ambiente salutar e manter boas relações com todo o pessoal, técnico e auxiliar, contribuindo para o bom funcionamento da sala e em geral do Jardim de Infância;
- m. Prestar assistência a situações de primeiros socorros, acompanhando as crianças ao Hospital ou ao Centro de Saúde, quando necessário;
- n. Serem pontuais e assíduas, de modo a que em nenhum momento prejudiquem o bom funcionamento da sala, e em geral do Jardim de Infância.



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

Artigo 9º

Auxiliares de Ação Educativa

Às Auxiliares de Ação Educativa compete:

- a. Respeitar o Regulamento Interno do Jardim de Infância e desenvolver um trabalho competente e de qualidade, enquadrado no Projeto Pedagógico da respetiva sala;
- b. Participar nas atividades educativas individuais e de grupo auxiliando a educadora;
- c. Substituir as educadoras nas suas faltas e impedimentos;
- d. Acompanhar o grupo nas suas rotinas diárias, incluindo a alimentação, higiene e repouso;
- e. Assegurar a organização, higiene e limpeza da sala;
- f. Criar um ambiente salutar e manter boas relações com todo o pessoal, técnico e auxiliar, contribuindo para o bom funcionamento do Jardim de Infância;
- g. Prestar assistência a situações de primeiros socorros, acompanhando as crianças ao Hospital ou ao Centro de Saúde, quando necessário;
- h. Serem pontuais e assíduas, de modo a que em nenhum momento prejudiquem o bom funcionamento da sala, e em geral do Jardim de Infância.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES

Artigo 10º

Direitos e deveres dos Encarregados de Educação

- 1- Para efeitos do disposto no presente Regulamento, considera-se encarregado de educação quem tiver menores a residir consigo ou confiados aos seus cuidados:
 - a) Pelo exercício das responsabilidades parentais;
 - b) Por decisão judicial;
 - c) Pelo exercício de funções executivas na direção de instituições que tenham menores, a qualquer título, à sua responsabilidade;
 - d) Por mera autoridade de facto ou por delegação, devidamente comprovada, por parte de qualquer das entidades referidas nas alíneas anteriores.
- 2- Em caso de divórcio ou de separação e, na falta de acordo dos progenitores, o encarregado de educação será o progenitor com quem o menor fique a residir.
- 3- Estando estabelecida a residência alternada com cada um dos progenitores, deverão estes decidir, por acordo ou, na falta deste, por decisão judicial, sobre o exercício das funções de encarregado de educação.
- 4- O encarregado de educação pode ainda ser o pai ou a mãe que, por acordo expresso ou presumido entre ambos, é indicado para exercer essas funções, presumindo-se ainda, até qualquer indicação em contrário, que qualquer ato que pratique relativamente ao percurso escolar do filho é realizado por decisão conjunta do outro progenitor.



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 5- Os encarregados de educação gozam dos seguintes direitos:
- a. Conhecer o Regulamento Interno do Jardim de Infância para cada ano letivo;
 - b. Usufruir de todos os serviços contratados para o seu educando;
 - c. Ser informado sobre o desenvolvimento do seu educando, mediante relatório trimestral escrito produzido pela educadora de infância responsável pela sala;
 - d. Ser recebido mediante agendamento pela educadora de infância responsável pela sala, pela Diretora Técnica ou pelos membros da Direção da APIST nos quais foram delegadas as funções de gestão do Jardim de Infância;
 - e. Ver respeitada a confidencialidade dos elementos de natureza pessoal ou relativos à família, constantes do processo individual do seu educando;
 - f. Ser informado de doença súbita ou acidente do seu educando;
 - g. Fazer sugestões de melhoria sempre que for pertinente.
- 6- O encarregado de educação tem os seguintes deveres:
- a. Aceitar e cumprir o disposto no presente Regulamento Interno do Jardim de Infância;
 - b. Informar a escola sobre qualquer alteração relativa ao seu educando;
 - c. Informar a escola sobre as pessoas que estão autorizadas a vir buscar o seu educando, entregando cópia do respetivo documento de identificação e comunicando qualquer alteração na lista de autorizados;
 - d. Proceder anualmente ao pagamento da inscrição ou renovação da inscrição, bem como da matrícula, que inclui o seguro obrigatório de acidentes pessoais;
 - e. Proceder mensalmente ao pagamento da respetiva mensalidade e atividades extracurriculares decorrentes da frequência do seu educando no Jardim de Infância;
 - f. Comunicar com a maior antecedência possível à educadora de infância da sala ou à Direção do Jardim de Infância eventuais períodos de ausência do seu educando, independentemente do motivo, entre os quais férias, doença ou qualquer outra situação, sendo que no caso das férias do seu educando, cujo período mínimo é de 22 dias úteis, deverá fazê-lo com pelo menos 1 mês de antecedência;
 - g. Cumprir o Plano Nacional de Vacinação do seu educando, comprovado pela apresentação do boletim de vacinas atualizado ou apresentar declaração médica justificativa do seu não cumprimento.

CAPÍTULO IV INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E MATRÍCULA

Artigo 11º

Condições de Inscrição, Admissão e Matrícula

- 1- A inscrição para a frequência do Jardim de Infância de uma criança não significa a sua admissão imediata, estando sujeita à aprovação pela Direção da APIST e posteriormente à formalização da matrícula.



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

2- A inscrição é efetuada durante o primeiro trimestre do ano de entrada, mediante o preenchimento da ficha de inscrição do Jardim de Infância, previamente disponibilizada na página *online* da APIST, a entrega da documentação aí solicitada e o pagamento do respetivo valor da inscrição.

3- As vagas serão preenchidas pela seguinte ordem:

- a. Crianças que transitem do ano letivo anterior;
- b. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais sejam funcionários da APIST;
- c. Crianças com irmãos a frequentar a Creche ou o Jardim de Infância da APIST durante o mesmo ano letivo;
- d. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais sejam sócios da APIST, dando-se preferência por ordem crescente de número de sócio, e respetivas cotas em dia;
- e. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais tenham vínculo laboral ao IST, ou sejam bolseiros ou funcionários de Institutos, Centros ou Grupos de Investigação com atividade no IST;
- f. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais sejam alunos do IST (1º, 2º ou 3º ciclo de estudos);
- g. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais prossigam atividade profissional nos *campi* do IST;
- h. Crianças cujos pais ou irmãos tenham sido ex-alunos da Creche ou do Jardim de Infância da APIST;
- i. Crianças cujos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais não tenham ligação à APIST ou ao IST.

4- A Direção da APIST reserva-se o direito de com a devida fundamentação, aplicar critérios diferentes dos referidos nas alíneas do número anterior.

5- Após a confirmação da admissão da criança pela Diretora Pedagógica do Jardim de Infância deverá ser formalizada a matrícula através da entrega do comprovativo do pagamento do valor da taxa de matrícula, que inclui o seguro escolar, bem como da entrega ou apresentação dos seguintes documentos, os quais farão parte integrante do processo individual de cada criança e sem os quais a matrícula não se considera efetuada:

- a. Cartão de Cidadão da criança ou documento de identificação legalmente equivalente;
- b. Boletim de vacinas atualizado de acordo com o Plano Nacional de Vacinação ou declaração médica justificativa do seu não cumprimento;
- c. Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde;
- d. Declaração médica que confirme que a criança não é portadora de qualquer doença infecto-contagiosa, e que mencione se for o caso, outras doenças relevantes relacionadas com a sua saúde física e mental, por forma a se conhecer as necessidades específicas individuais da criança;



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- e. Documento que especifique, se for o caso, quaisquer cuidados especiais que a criança necessite, nomeadamente em relação à alimentação ou ministração de medicação;
- f. Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão ou Passaporte do encarregado de educação;
- g. Certidão da sentença judicial que identifique pessoa ou pessoas a quem esteja legalmente atribuído o exercício do poder paternal ou tutela, caso se aplique;
- h. Exemplar do contrato de prestação de serviços celebrado entre o encarregado de educação e a Direção da APIST, no qual nomeadamente se declara a aceitação e tomada de conhecimento do Regulamento Interno do Jardim de Infância devidamente assinado pelo encarregado de educação.

6- As informações apresentadas na ficha de inscrição da criança, bem como na matrícula devem estar sempre atualizadas, sendo da responsabilidade do encarregado de educação apresentar à Direção do Jardim de Infância as alterações correspondentes com a maior brevidade possível.

7- A responsabilidade pelo preenchimento incorreto ou falsas declarações apresentadas na ficha de inscrição ou reinscrição, bem como na matrícula, é exclusivamente imputada ao seu subscritor, bem como todas as consequências daí resultantes.

8- A nenhuma criança será renovada a sua inscrição sem que todas as mensalidades anteriores estejam integralmente pagas.

9- O valor da inscrição e da matrícula não está sujeito a reembolso.

Artigo 12º

Processo individual

O processo individual de cada criança é constituído pelas seguintes informações ou documentos:

- a. Dados pessoais;
- b. Informações médicas;
- c. Informação adicional relevante para o bem-estar da criança no Jardim de Infância;
- d. Morada do trabalho e residência do encarregado de educação e respetivos contactos telefónicos e eletrónicos atualizados;
- e. Histórico pessoal, situação familiar e características psicológicas da criança, caso existam;
- f. Registo de terceiros autorizados pelo encarregado de educação a recolherem a criança, do qual conste o bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- g. Todos os relatórios produzidos pelas Educadoras de Infância ao longo do percurso da criança no Jardim de Infância;
- h. Nos casos em que existam restrições ao contacto dos progenitores com a criança, a certidão da decisão judicial na qual se identifiquem as respetivas restrições;
- i. Todos os documentos apresentados nos termos do número 5 do artigo 11.º.



CAPÍTULO V MENSALIDADES

Artigo 13º

Mensalidades e formas de pagamento

- 1- O valor das mensalidades é determinado pela Direção da APIST e divulgado durante o período das inscrições, entrando em vigor no início do ano letivo a que corresponde a inscrição, sendo revisto anualmente.
- 2- Não há lugar a pagamento da mensalidade do mês de agosto.
- 3- Sobre as mensalidades podem ser aplicados descontos ou agravamentos a divulgar mediante circular no período das inscrições.
- 4- A mensalidade inclui a frequência do Jardim de Infância durante o seu período de funcionamento, o almoço e o lanche.
- 5- As mensalidades são pagas até 10 dias após a entrega da respetiva fatura e conforme método de pagamento aí indicado.
- 6- O não cumprimento pontual da obrigação de pagamento da mensalidade implica uma penalização no valor de 25,00 € (vinte e cinco euros), caso a mensalidade venha a ser liquidada entre os dias 11 e 20 após a emissão da fatura, ou no valor de 50,00 € (cinquenta euros) caso a mensalidade venha a ser liquidado nos restantes dias.
- 7- O valor da penalidade será adicionado à fatura da mensalidade imediatamente seguinte.
- 8- Sempre que se verifique o atraso no pagamento por um período superior a 45 dias após a emissão da fatura a frequência no Jardim de Infância será suspensa até à regularização do valor em dívida, sendo que após completados 60 dias sem que se tenha procedido à regularização da dívida proceder-se-á à exclusão da criança.
- 9- Os procedimentos para pagamento através de cheques-ensino serão ajustados caso-a-caso entre o encarregado de educação e a Direção da APIST.
- 10- Sempre que os cheques-ensino não perfaçam o valor da mensalidade, o restante valor deverá ser regularizado de acordo com as indicações, definidas por escrito, da Direção da APIST.
- 11- Não estão incluídas nas mensalidades as despesas com passeios ou visitas de estudo, festas, entradas em recintos de espetáculos ou outras atividades semelhantes, cujo valor acrescerá à mensalidade.
- 12- As desistências de frequência do Jardim de Infância deverão ser comunicadas, por escrito, à Direção da APIST, implicando sempre o pagamento das duas mensalidades seguintes após a data efetiva da saída.
- 13- A ausência temporária da criança não confere direito a qualquer desconto na mensalidade nem nas eventuais atividades extracurriculares em que esteja inscrita.

Artigo 14º

Frequência em atividades extracurriculares



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 1- A criança poderá frequentar atividades extracurriculares promovidas durante o ano letivo pelo Jardim de Infância mediante o pagamento de um valor mensal previamente divulgado.
- 2- É da responsabilidade do Jardim de Infância o transporte de e para as atividades extracurriculares.
- 3- A criança só poderá frequentar a atividade após realizar a respetiva inscrição, que deverá ser formalizada, por escrito, até ao dia 15 do mês que antecede o início da atividade.
- 4- A desistência de qualquer atividade deverá ser comunicada à Direção da APIST, por escrito, até ao dia 15 do mês anterior ao da cessação da frequência.
- 5- Caso a criança não frequente parcial ou totalmente as aulas do mês em que se encontra inscrita não haverá lugar a reembolso do valor pago.

Artigo 15º

Ausências

Pedidos específicos de ausências de crianças por períodos mais longos do que 45 dias serão analisados pela Direção da APIST caso-a-caso.

**CAPÍTULO VI
FUNCIONAMENTO**

Artigo 16º

Horário de funcionamento

- 1- Para efeitos de frequência das crianças, o Jardim de Infância da APIST funciona durante o ano letivo, de 2ª a 6ª feira, de acordo com o seguinte horário:
 - a. Abertura às 8 horas e encerramento às 19 horas.
 - b. O horário está sujeito a alterações tanto na abertura como no encerramento, em função das necessidades existentes e fundamentadas pela Direção da APIST;
 - c. O almoço é servido entre as 11h30m e as 12h30m e o lanche a partir das 15h30m, podendo estes horários sofrer alterações em função das atividades do dia;
 - d. O Jardim de Infância encerra para férias durante duas semanas em agosto de acordo com o calendário de férias do IST;
 - e. O Jardim de Infância estará encerrado sábados, domingos e feriados civis, religiosos e municipais, véspera de Natal e Ano Novo (24 e 31 de dezembro).
 - f. O Jardim de Infância será encerrado em situações extraordinárias, nomeadamente, em caso de epidemias, para desinfestação, desinfeção, desratização, com aviso prévio e a antecedência possível;
 - g. O Jardim de Infância encerra sempre que o *campus* da Alameda do IST encerre;
 - h. A hora limite para a entrada das crianças para as atividades diárias é às 9:30 horas, sendo que a entrada após essa hora deverá ser comunicada previamente pelo encarregado de educação.



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 2- O horário de encerramento do Jardim de Infância deve ser cumprido rigorosamente.
- 3- Com exceção de casos pontuais ou imprevistos em que o encarregado de educação avisa previamente a saída da criança após as 19 horas, a Direção da APIST reserva-se o direito de automaticamente aplicar um acréscimo de 10,00 € (dez euros) por cada saída da criança após as 19 horas, que se refletirá na mensalidade seguinte.
- 4- A Direção da APIST avaliará caso-a-caso a reiteração da saída da criança após as 19 horas do Jardim de Infância para eventual suspensão da frequência da criança.

Artigo 17º

Receção e entrega das crianças, saúde, higiene e medicamentos

- 1- A receção e entrega das crianças, saúde, higiene e medicamentos no Jardim de Infância está sujeita às seguintes regras:
- a. A integração deverá ser feita de uma forma progressiva, sendo acordado entre os pais ou encarregado de educação com a Educadora de Infância da sala ou com a Diretora Pedagógica o método e os dias de adaptação a adotar;
 - b. As crianças são recebidas pelas auxiliares de ação educativa do Jardim de Infância que trabalham diariamente com as crianças ou pela Educadora de Infância da sala, ou por quem as substituem;
 - c. À saída as crianças só poderão ser entregues aos pais ou encarregado de educação ou a outras pessoas devidamente autorizadas, conforme documentação anexa ao processo individual;
 - d. Nos casos em que existam restrições ao contacto dos progenitores com a criança, à saída as crianças serão entregues às pessoas identificadas na certidão da decisão judicial até nova ordem judicial;
 - e. A criança só deverá permanecer no Jardim de Infância enquanto estiver em perfeito estado de saúde e de higiene, sendo expressamente proibida a entrada de crianças que apresentem, nomeadamente, sintomas de doença infecto-contagiosa, febre, diarreia e vómitos. Em caso de febre ou doença manifestada após a entrada da criança será contactado o encarregado de educação que terá que a vir recolher o mais brevemente possível, sendo em casos urgentes contactados os serviços médicos adequados;
 - f. Durante eventuais períodos de pandemia serão sempre seguidas as orientações das autoridades competentes, que serão transmitidas e divulgadas pela Direção da APIST aos encarregados de educação;
 - g. Após ausência por doença contagiosa, o regresso da criança ao Jardim de Infância fica condicionado à apresentação de uma declaração médica comprovativa de que a criança está em condições de saúde para regressar ao Jardim de Infância;
 - h. Para as crianças que necessitem de dieta alimentar, prescrita pelo médico, devem os encarregados de educação pedi-la por escrito, informando sobre o tempo de duração da mesma, estando o fornecimento da dieta prescrita sujeito a aprovação por parte da Direção da APIST;



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- i. Os encarregados de educação serão avisados quando forem detetados piolhos ou lêndeas na sala dos filhos para que possam tomar os cuidados adequados. Em situações persistentes, as crianças a quem sejam detetados piolhos ou lêndeas na cabeça, poderão ter que permanecer em casa os dias necessários ao tratamento e só regressando à escola depois de estarem completamente limpas de parasitas.
- j. A administração de qualquer medicamento está sujeita às seguintes regras:
 - i. Depende de prescrição médica, comprovada através de fotocópia, exceto em casos de paracetamol para a febre desde que devidamente autorizado por escrito pelos Encarregados de Educação, que em caso de emergência poderá ser administrado sem esta autorização;
 - ii. Identificação na embalagem do medicamento de forma legível do nome da criança, horas, forma de toma e dosagem do medicamento;
 - iii. Os medicamentos deverão ser entregues pessoalmente às Auxiliares de Ação Educativa ou Educadora de Infância da sala, esclarecendo-as de todas as suas dúvidas.

Artigo 18º

Vestuário e outros objetos

- 1- O vestuário das crianças deve ser simples e prático. Em algumas ocasiões será pedido vestuário específico.
- 2- Os objetos pessoais de cada criança, de uso obrigatório, a fornecer pelos respetivos encarregados de educação, devidamente identificados são, caso aplicável:
 - a. Fraldas;
 - b. Creme;
 - c. Toalhitas;
 - d. Babete;
 - e. Pente ou escova;
 - f. Duas mudas de roupa (adaptadas à estação do ano);
 - g. Chapéu;
 - h. Chupeta e caixa de chupeta.
- 3- A Direção da APIST não se responsabiliza por danos ou perda de objetos de uso pessoal, nomeadamente, brinquedos trazidos de casa, ou joias.
- 4- Nenhuma criança deverá trazer, fios, ganchos, ou objetos que coloquem em causa a sua segurança ou das outras crianças.

Artigo 19º

Visitas de estudo e atividades complementares

- 1 - Durante o ano letivo serão realizadas visitas de estudo opcionais ao exterior do Jardim de Infância e serão realizadas atividades complementares no recinto do Jardim de Infância (por exemplo peças de teatro) às quais poderá estar associado um custo.



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 2 - Os custos associados a cada visita de estudo ou atividade complementar serão faturados juntamente com a mensalidade e incluem o valor da atividade, eventuais entradas nos locais a visitar e transporte.
- 3 - Para cada saída será emitido um documento contendo um destacável com a autorização do encarregado de educação para a mesma, o qual ficará arquivado no Jardim de Infância.
- 4 - A cobrança das visitas de estudo será realizada após a realização das mesmas, preferencialmente no mês seguinte à sua realização.
- 5 - O transporte das crianças será realizado de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 20º

Praia

- 1 - Durante os meses de junho ou julho serão realizadas idas opcionais à praia para todas as salas do Jardim de Infância.
- 2 - A ida à praia decorrerá no período da manhã, em datas a divulgar pela Direção da APIST.
- 3 - O custo da ida à praia será comunicado pela Direção da APIST juntamente com a abertura das inscrições para esta atividade e respetivas orientações.
- 4 - O atraso no pagamento relativo às semanas de praia poderá inviabilizar a participação da criança nessa atividade.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 21º

Responsabilidade

- 1- A Direção da APIST subscreve um seguro de acidentes pessoais para o período escolar em cada ano letivo.
- 2- Em caso de acidente será avisado de imediato o encarregado de educação ou a família da criança para que a mesma seja recolhida.
- 3- Caso a criança necessite de cuidados hospitalares inadiáveis, a Direção do Jardim de Infância da APIST assegurará de imediato o transporte da criança recorrendo aos meios adequados.

Artigo 22º

Autorização para filmagem e fotografias

Salvo indicação expressa do encarregado de educação, considera-se autorizada, com o exclusivo objetivo de documentar o desenvolvimento pessoal e o trabalho pedagógico, captação de imagem e som das crianças no Jardim de Infância.

Artigo 23º

Cumprimento do Regulamento



*Regulamento Interno do Jardim de Infância
da Associação do Pessoal do Instituto Superior Técnico*

- 1- A frequência por uma criança no Jardim de Infância implica a aceitação pelo encarregado de educação do presente Regulamento e o seu integral cumprimento.
- 2- A interpretação e integração do presente Regulamento far-se-á de acordo com a legislação em vigor, e as situações omissas serão analisadas e esclarecidas caso-a-caso pela Direção da APIST.

Artigo 24º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor em 1 de setembro de 2017, sendo revisto sempre que a Direção da APIST considere necessário.

Aprovado pela Direção da APIST na reunião de 30 de junho de 2017.